

## **II. Deliberações**

### **Câmara**

- 1. Aprovação da ata n.º 37/2023 da reunião ordinária de 02 de maio de 2023.**

**XIII MANDATO**

**ATA N.º 37/2023**

**Reunião ordinária pública de 02 de maio de 2023**

Ao segundo dia do mês de maio de dois mil e vinte e três, pelas quinze horas, no Centro de Juventude de Braga, sito na Rua Santa Margarida, Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Maria Helena Fernandes Teixeira** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Bárbara Seco de Barros** (CDU). -----

Secretariou: Nuno Miguel Diogo Fonseca, Técnico Superior da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

Para **conhecimento e informação** foi presente o **resumo da tesouraria referente ao dia 24 de abril de 2023**, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**1. Aprovação da ata n.º 36/2023, nos termos do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:** Foi dispensada a leitura das atas, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**2. Desafetação de parcela de terreno do domínio público municipal- freguesia de Frossos (União de freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos).** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à apreciação do Executivo Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal de uma parcela, com a área total de 172,10 m<sup>2</sup>, para posterior doação à União de freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos, que lá erigiu a Capela de Santo António, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros**, que informou que se iria abster, como tem sido habitual neste tipo de desafetações. De seguida, referiu que o documento identifica muito bem o problema que tem a ver com a política de ordenamento de território e que levou à proliferação destas pequenas áreas que são cedidas ao domínio público no âmbito das operações de loteamento e que depois estas parcelas se tornam muitas vezes ineficazes do ponto de vista de gestão, que não dão para muitas soluções para o espaço público como o desejável. Prosseguiu dizendo que, neste caso, a parcela vai sair do domínio público, mas da Câmara Municipal, e será cedida ao domínio da junta de freguesia, estando já lá construída uma capela, e que do ponto de vista argumentativo se explica que a desafetação aliviará a carga de custos públicos mas a junta de freguesia também tem custos públicos e que o financiamento das freguesias vem por via do orçamento do município e do orçamento do estado, pelo que o argumento não faz muito sentido. Terminou afirmando compreender que faz sentido, uma vez que já lá existe uma construção da responsabilidade da junta de freguesia, que a parcela fique à responsabilidade da junta e não da Câmara Municipal. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, que informou que a proposta faz referência a custos públicos municipais e que foi a própria freguesia que fez o pedido. **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e com a abstenção da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

**3. CPE.01.23. DMOSM\_Empreitada de “RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA CONFIANÇA” - Ratificação da aprovação das propostas de alteração do preço base e do prazo de execução, alteração e inclusão de peças do procedimento, prorrogação do prazo para apresentação das propostas.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se para ratificação da aprovação, a

decisão efetuada em 17/04/2023, pelo Sr. Presidente da Câmara, das propostas de: alteração do preço base e do prazo de execução; alteração e inclusão de peças do procedimento; prorrogação do prazo para apresentação das propostas, da empreitada em epígrafe, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros**, que informou que se iria abster tal como quando se votou o concurso, nessa altura devido À volumetria do edifício que vai ser construído, e agora por existirem preocupações derivadas dos documentos avaliados que reforçam as suas preocupações face a algumas escolhas e decisões relativamente à obra. De seguida, referiu apreensão quanto às preocupações levantadas pelo estudo geológico que denota que os pisos enterrados do logradouro que denotam que existem características geotécnicas algo fracas, muito deformáveis e sem aptidão para as fundações do edifício. Ato contínuo, referiu que embora o relatório não diga que é impossível fazer a intervenção, há cuidados que com certeza deverão ser tidos para que a fundação do edifício seja suficientemente segura. Referiu ainda que a proposta tira 20 dias ao prazo de execução e 25.000,00 euros ao preço base, o que acaba por não bater certo com uma obra que parece não poder ser cumprida por causa deste aviso e da imprevisibilidade do que pode ali ser encontrado e que o próprio documento avisa que a obra é para ser feita sem obras complementares, algo que tem sido difícil, como se vê nas reuniões de Câmara. Terminou para aludir que espera que o concurso não fique deserto e que se possa aproveitar a oportunidade para cumprir o desígnio que ali está pensado, mas que fica apreensiva com um possível maior gasto da obra e não menos consta da proposta. **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros. -----**

**4. CONCURSO PÚBLICO: CPE.14.22. DMOSM- Contratação - Empreitada de “Requalificação do Túnel Rodoviário da Avenida”.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se para ratificação a decisão do Sr. Presidente da Câmara de 26/04/2023, que aprovou o o Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas. Na sequência da aprovação do Relatório Final e pelo facto do concorrente em agrupamento de entidades: Domingos da Silva Teixeira, S.A. e DTE, Instalações Especiais, S.A, ter ficado classificado em 1.º lugar, propõe-se que a empreitada supramencionada, lhe

seja adjudicada, nos termos previstos no n.º 6 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, pela quantia de 5.274.043,62€, a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo prazo de execução de 250 dias. Propõe-se ainda a aprovação da Minuta do Contrato, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

5. **CPE.16.22. DMOSM \_ Empreitada de “Eu já passo aqui – Requalificação da Avenida da Liberdade\_ U.F. de S. Lázaro e S. João do Souto”.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se para ratificação em reunião do Executivo Municipal, da aprovação da minuta da adenda n.º 2 ao Contrato de Empreitada n.º CPE.16.22. DMOSM, efetuada em 26/04/2023 pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal. tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

6. **CPE.9.20. DMOSM – Empreitada “Requalificação e Ampliação da Escola Básica Este S. pedro” – 4ª Modificação objetiva ao contrato (MOC 4).** Foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se a autorização, pelo Executivo Municipal, para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de 30.278,97 + IVA, a aprovação da supressão de trabalhos no valor de 1.188,46€ + IVA e aprovação da prorrogação do prazo por 15 dias e da minuta do aditamento ao contrato, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado autorizar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos**

**Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros. -----**

**7. CPE.11.20. DMOSM – “Variante do Cávado entre km 3+366.185 e 3+625.000 e regularização do rio Torto entre a rotunda da Av. do Estádio e a EN 201” - prorrogação de prazo.**

Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se para ratificação a decisão do Sr. Presidente da Câmara de 20/04/2023 da aprovação da prorrogação do prazo da empreitada em epígrafe, por 55 dias, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que informou que o PS se iria abster e que não podia deixar de salientar o facto de a obra ter 90, mais 66, mais 45, mais 77, e agora mais 55 dias de prorrogação. De seguida, afirmou que não é uma obra de valor excecionalmente elevado, mas que há algo de estranho, referindo que percebe a questão das intempéries e das condições meteorológicas adversas, mas que começa a ser difícil enquadrar as constantes derrapagens do quadro de execução nas justificações do empreiteiro relacionadas com a pandemia e a guerra na Ucrânia, e que esta derrapagem é em parte onerosa para o município. De seguida, afirmou querer salientar o facto de isto trazer encargos par ao município em sede de revisão de preços e que do ponto de vista das prorrogações se tem assistido a algumas posições muito inflexíveis, e bem, na sua opinião, entendendo que nas situações cuja causa não seja os habituais erros de projeto a reposição do apoio financeiro é penalizador para o município pedindo para que, em futuras abordagens, os empreiteiros sejam mais flexíveis ao ponto de perceber que o município não pode sair prejudicado, apesar de alguma justiça que lhes seja acometida. Terminou deixando a seguinte nota: “como é que Londres teria sido feita se não fosse a questão das chuvas?”. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que afirmou querer fazer uma correção, aludindo que um dos prazos referidos não foi uma prorrogação, mas uma suspensão dos trabalhos por uma questão de ajustamento dos trabalhos face à natureza do clima. De seguida, referiu que todas as obras públicas têm o mesmo problema, referindo contactos com outros presidentes, de falta de abastecimento de matérias primas, disponibilidade de mão de obra, e isso leva a estes atrasos, nem sempre repercutidos em aumento de custos para o dono da obra, e num caso ou outro, em que se veja que não é responsabilidade do executor da obra, naturalmente terá de haver uma partilha solidária dessa responsabilidade. **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria**

do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros. -----

8. **Proposta de atribuição de topónimo na Freguesia de Palmeira.** Foi apresentada a seguinte proposta: "Submete-se à consideração do Executivo Municipal a seguinte proposta de atribuição de topónimo, na sequência da necessidade de se atribuir um novo topónimo a uma artéria implantada no Lugar do Assento, Quinta de São Tiago, da referida freguesia. Rua José de Oliveira e Silva. Início: Rua de Santo António de Pitancinhos. Fim: Sem saída (Limite do Loteamento). Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que afirmou que os documentos instrutórios seriam reforçados, por uma parte das ações deméritos do topónimo que está em causa não terem sido colocadas, sendo que está em falta o texto que a seguir se transcreve: "A disponibilidade e o apoio gratuito e incondicional dado aos emigrantes de Palmeira e de todas as freguesias que o procuravam, muitas vezes colidindo com os seus compromissos da vida familiar que o aguardava ansiosamente pela sua presença e convívio. Esse apoio aos emigrantes sempre foi para ele prioritário, ao assumir comunicações com as empresas e instituições, traduzinho de forma eficaz, tudo aquilo que era necessário para os seus vínculos profissionais e de aposentação." **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

9. **Procedimento de Delimitação Administrativa entre a União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estêvão e São Vicente) e a União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro).** Foi apresentada a seguinte proposta: "Na sequência da necessidade de se proceder à atualização dos limites administrativos entre a União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estêvão e São Vicente) e a União das Freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro), submete-se proposta para aprovação do Procedimento de Delimitação Administrativa, feito com o acordo expreso por parte de todos os órgãos autárquicos envolvidos, e segundo o documento da Direção-Geral do Território (DGT) "Orientações para a Execução de Procedimento de Delimitação Administrativa", de acordo com a alínea r), do n.º 1 do artigo 25.º da lei nº 75/2023 de 12 de setembro." **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria**



**Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros. -----**

**10. Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Ambiente e Ação Climática do Município de Braga.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, com vista à posterior aprovação da Assembleia Municipal, termos da alínea k) do n.º 1, do artigo 33.º e da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação – todos, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual o projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Ambiente e Ação Climática do Município de Braga, conforme documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa. -----**

**11. Protocolo de Colaboração Institucional entre a Fundação la Caixa, o Município de Braga e a BragaHabit.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de Protocolo de Colaboração Institucional entre a Fundação “la Caixa”, o Município de Braga e a Bragahabit, com vista à criação do programa ValorISA, que consistirá no apoio ao desenvolvimento de soluções de impacto social junto das Comunidades Ciganas do território do Município de Braga, nos termos da leitura conjugada das alíneas h) e m) do n.º 2 do artigo 25.º e alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Maria Teixeira**, que questionou se está ou não está a acontecer alguma intervenção social no Bairro do Picoto, além da anunciada com a Fundação Bomfim, e se há algum projeto pensado para lá iniciar a curto prazo, porque, afirma, não se tem visto nenhuma intervenção há algum tempo, referindo preocupação que outros bairros semelhantes tenham projetos a decorrer e o Bairro do Picoto não. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que referiu que intervenções imateriais estão a decorrer tal



como em outros bairros, e que a nível das intervenções físicas foi fechado o acordo e formalizada a aquisição do bairro junto da arquidiocese, e neste momento o bairro já é do município, que era fundamental para qualquer intervenção. De seguida, afirmou que não há ainda nenhum projeto em termos de reabilitação, porque não existe nenhuma linha direta de financiamento, estando-se ainda a ver o que será possível fazer, mas a prioridade é deslocar algumas famílias, pois como é sabido, por força da erosão de terras, há uma primeira linha de casas que não tem todas as condições de segurança. Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Maria Teixeira**, que referiu que não era isso que queria saber, mas se estão a fazer trabalhos para dotar as pessoas de novas competências e ferramentas sociais. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que referiu, na componente social, o bairro tem sido abrangido tal como todos os outros bairros, não existindo nenhuma diferença nessa matéria. De seguida, tomou a palavra o **Administrador da BragaHabit, Carlos Videira**, que o departamento de apoio à habitação tem uma técnica responsável única e exclusivamente pelo acompanhamento das famílias do Complexo Habitacional do Picoto, sendo feita a análise individual das pessoas em função das suas necessidades e que para além desse processo se tem realizado assembleias de moradores, que por norma contam com moradores do Bairro do Picoto, e também existe o Programa Viva o Bairro, onde houve uma instituição, a Fundação Bomfim que se predispôs a realizar uma atividade de dinamização do bairro, a Escola de Música e Cidadania do Picoto, e que tem como parceiro a União de Freguesias de São João do Souto, sendo que a BragaHabit está a acompanhar esse projeto. Tomou a palavra a **Vereadora do CDU, Bárbara Barros**, que referiu que independentemente deste tipo de programas, se continua, estruturalmente, a não ter estratégias prolongadas no tempo para a integração das comunidades de etnia cigana, que não têm tido o devido acompanhamento do ponto de vista da sua integração, e que do ponto de vista do apoio à habitação, são comunidades que tendem a ser colocadas nas periferias ou nos bairros sociais. De seguida, afirmou compreender a questão da Vereadora Helena, afirmando, de seguida, que na sua opinião a melhor solução era a recolocação de todas as famílias por todo o concelho e a demolição daquele local, porque qualquer solução ali implementada dificilmente terá bons resultados do ponto de vista social. Ato contínuo, referiu, relativamente ao programa, que há algumas questões que não compreende totalmente fazendo referência aos três principais eixos, referindo que estão perfeitamente enquadrados com as prioridades a nível europeu e do Alto Comissariado para as Migrações das Comunidades de Etnia Cigana, concordando igualmente com a promoção de soluções que promovam hábitos de vida saudáveis, mas questionando se a parte que refere “livres de consumos dependentes e comportamentos de risco” é baseada em algum estudo que explique e justifique que neste tipo de

comunidades há um problema adicional e específico que não exista no geral das populações mais empobrecidas e de exclusão social, sublinhando que não conhece e duvida que seja rigoroso, mas que não será por essa falta de rigor que estes projetos não possam ser soluções interessantes para esta dinamização. De seguida, referiu preocupação que estes projetos, tal como o Programa Escolhas do Alto Comissariado para as Migrações, tenham um problema de duração e longevidade, referindo que em Braga houve uma quebra do acompanhamento destas comunidades, nomeadamente a nível do acompanhamento escolar de crianças e jovens do Bairro do Picoto. De seguida, referiu que, por muito meritórios que estes programas sejam, parece importante que o município possa olhar para estas políticas de migração de uma forma mais completa e prolongada no tempo, questionando se existem garantias disso mesmo e o que acontecerá a seguir, em 2025, 2026 e 2027, considerando ser uma questão importante e a aprofundar. Por fim, deixou uma sugestão sobre a composição do júri para a seleção dos projetos, referindo a importância de se contar com alguém do Observatório das Comunidades de Etnia Cigana, que pertence ao Alto Comissariado para as Migrações ou um representante direto ou investigadores como há, por exemplo, na Universidade do Minho, como a Dr.ª Maria José Casanova, que seria essencial para garantir que estes projetos estão em linha com o trabalho que já tem vindo a ser desenvolvido, para se garantir que não se foge das linhas orientadores que resultam de um estudo com muitos anos realizados em conjunto com as associações representativas destas comunidades. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**12. Contratos-programa de desenvolvimento desportivo 2022/2023.** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, a aprovação dos seguintes contratos-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Município de Braga 2022/2023, nos termos enunciados do n.º 1 e alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro: **a) Sporting Clube de Braga**, no valor de 1.013,60€ (40% do valor da viagem das equipas de atletismo na Taça dos Clubes Campeões Europeus) – I/30589/2023; **b) Cidade Curiosa – Associação**, no valor de 3.000,00€ (Material didático e inscrições dos atletas nos campeonatos). – E/25910/2023. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**13. Contratos Interadministrativos de delegação de competências – Freguesias.** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m)

do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias/uniões de freguesia: **a) Freguesia de Palmeira**, para execução da obra denominada “Requalificação da Rua do Rio - Palmeira”, no valor de 224 596,39€; **b) União das Freguesias de Escudeiros e Penso de (Stº Estêvão e S. Vicente)**, para execução da obra denominada “Honorários Fiscalização - Requalificação do Alargamento da C.M. 1343 (Rio Ledo) - Penso de Stº Estêvão - Aditamento”, no valor de 3 321,00€; **c) União das Freguesias de Escudeiros e Penso de (Stº Estêvão e S. Vicente)**, para execução da obra denominada “Honorários Fiscalização - Requalificação da Rua Entre Águas – Penso S. Vicente”, no valor de 4.489,50€; **d) União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Stº Estêvão e S. Vicente)**, para execução da obra denominada “Reparação de Pavimento Confluência da EN 309 com Cruzamento da EM 628 e com a Rua da Escola - Escudeiros - Aditamento (Revisão de Preços)”, no valor de 24 501,57€; **e) União das Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos**, para execução da obra denominada “Repavimentação da Rua da Sebe – Merelim S. Pedro”, no valor de 43.060,45€.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal.** -----

**14. Atribuição de apoios financeiros – Freguesias.** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual: **a) União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra**, no valor de 3.789,50€, para apoiar a obra de “Alargamento do entroncamento – Rua de Pomares/Rua de Areias”; **b) União das freguesias de Escudeiros e Penso Stº Estevão e São Vicente**, no valor de 4.819,82€, para apoiar a obra de “Substituição de equipamento de água quente sanitária no Ringue de Penso (Santo Estevão); **c) União das freguesias de Merelim São Paio, Panóias e Parada de Tibães**, no valor de 2.491,00€, para apoiar a “Criação de novas sepulturas nos cemitérios de Panóias e Parada de Tibães”; **d) União das freguesias de Nogueiró e Tenões**, no valor de 10.000,00€, para apoiar a realização do Festival Castro Galaico; **e) União de Freguesias de Celeirós Aveleda e Vimieiro**, para fazer face às despesas associadas a “Honorários do Projeto da Requalificação e Alargamento da Rua de Andrias, Travessa do Paço e Beco de Andrias - Celeirós - Aditamento”, no valor de 2 337,00€.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal.**-----

**15. Atribuição de Apoio Financeiro aos Agrupamentos de Escolas/ Escola Não Agrupada para aquisição de material de desgaste necessário à realização das Provas de Aferição do 2º Ano – 1º Ciclo do Ensino Básico.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a atribuição de um apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas / Escola Não Agrupada, no valor de 13.206,00€, para aquisição do material de desgaste necessário à realização das Provas de Aferição, do 2º Ano do Ensino Básico, conforme quadro em anexo, nos termos do estabelecido no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto Regulamentar n.º 12/2000, de 29 de agosto, compete ao Município “o fornecimento do equipamento e material didático”. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**16. Proposta de apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas D. Maria II.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Para ratificação, submete-se a decisão do Sr. Presidente da Câmara de 21 de abril de 2023, que aprovou a atribuição de um apoio financeiro ao Agrupamento de Escola D. Maria II, no valor de 19.271,58€, para fazer face a despesas correntes, nos termos do n.º 1 do art.º 4º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, que veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, e ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, tudo de acordo com o disposto nos artigos 35º, n.º 3 e alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.” **Deliberado ratificar por unanimidade.** -----

**17. Proposta de apoio financeiro ao Grupo Folclórico Infantil e Juvenil do Carreiro.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal proposta relativa à atribuição de apoio financeiro nos termos da alínea u), do nº 1, do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ao Grupo Folclórico Infantil e Juvenil do Carreiro, no valor de 500,00€ (várias atividades) – E/9496/2023.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**18. Outras isenções/reduções/taxas.** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: a) Dos n.ºs 1 e 2 do artigo H-1/16.º e artigo H-1/17.º, mapa em anexo; b) Do n.º 4 do artigo H-1/16.º - Conhecimento, mapa em anexo.” **Deliberado aprovar por unanimidade e dar conhecimento à Assembleia Municipal.**-----

**19. Pedido de isenções – indeferimento.** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as propostas de indeferimento dos pedidos de isenção, constantes do mapa em anexo, por não se encontrarem enquadrados no n.º 1 e n.º 2 do artigo H-1/16.º e no artigo H-1/17.º do Código Regulamentar do Município de Braga.” **Deliberado indeferir por unanimidade.**-----

**20. 1ª Edição do Concurso de Talentos “Secundárias com Talento”.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à apreciação e aprovação do Executivo Municipal proposta relativa ao apoio à 1.ª Edição do Concurso de Talentos «Secundárias com Talento», promovido pelas Associações de Estudantes das Escolas Secundárias Alberto Sampaio, Carlos Amarante, D. Maria II, Sá de Miranda e Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, mediante a atribuição do Prémio aos vencedores do Concurso «Secundárias com Talento» – Prémio no valor de € 250,00 (duzentos e cinquenta euros), de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea u), do RJAL.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**21. Aprovação da ata em minuta.** **Deliberado aprovar por unanimidade a presente ata em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para surtir efeitos imediatos.** -----

**Foi proposto, pelo Presidente da Câmara, o seguinte voto de pesar:** -----  
**--- Voto de pesar pelo falecimento de Cónego João Aguiar Campos, Medalha Grau Ouro da Câmara Municipal de Braga. Deliberado aprovar por unanimidade** -----

-----**OUTROS ASSUNTOS**-----

----- Pelo **Presidente da Câmara**, foi dada a abertura a outros assuntos. -----

----- Iniciou o vereador do **PS, Artur Feio**, que, como **primeira questão**, referiu um munícipe que deu conta de uma construção à frente da sua casa, na Avenida João XXI, que se transformou numa polémica que levou a Câmara Municipal a lançar um esclarecimento que refere que há um contencioso entre os condomínios e o proprietário, que na sua opinião não é um grande esclarecimento tendo adensado a cortina de complexidade do processo. Prosseguiu dizendo que isso confere capacidade construtiva, solicitando o processo, para cabal esclarecimento, porque da leitura dos condóminos, que é a mesma do PS, essa capacidade não existe, sendo importante receber essa informação. Como **segunda questão**, referiu que o PS tem sido bombardeado com o problema de Palmeira, referindo que

houve uma proposta votada em Assembleia de Freguesia, que foi aprovada com a abstenção do executivo, que tem a maioria, que pede ao executivo para desenhar uma alternativa ao tráfego daquela zona, que reverta o processo na sua totalidade. Continuou afirmando que se trata de um problema politicamente relevante não só por ter sido levado à reunião, mas porque quando a Assembleia de Freguesia aprova com a abstenção do executivo, entende que se o executivo mantivesse a mesma posição que tinha quando apresentou a solução teria votado contra, e quando o executivo se abstém, algo não está de acordo com aquilo que estava previsto de início. Prosseguiu dizendo que em reunião Vereadora Olga Pereira foi dito que seria feito um estudo de tráfego, afirmando que é importante perceber o ponto de situação e se o município, da mesma forma que aceitou a proposta do Presidente da Junta, aceitará repor a situação. **Como terceira questão**, informou que teve a oportunidade de visitar o Mercado Municipal, e a verdade é que o PS recebeu várias denúncias de problemas que de facto existem, desde a proibição da utilização de qualquer guarda-sol, que era inestético e não estava previsto, passou para uma liberdade absoluta, sendo que algo tem de haver, porque ao existirem é sinal de que algo não funciona. Afirmou, de seguida, que teve também a oportunidade de denunciar um conjunto de situações precárias do ponto de vista da sinalização de segurança e da utilização em situação de emergência do edifício, tendo detetado elementos estruturais á frente das saídas de emergência, uma falha brutal do ponto de vista da comunicação visual das saídas de emergência, e, sobretudo, que no perímetro direto do edifício não existe, como exigido por lei, a questão dos hidrantes e das bocas de incêndio, solicitando o parecer da INPC, referindo que a Proteção Civil tem as competências delegadas pela INPC para fazer essa vistoria. De seguida, referiu a necessidade absoluta e premente de manutenção urgente. Ato contínuo, mencionou que não existe uma fiscalização do modo como a exploração do espaço comercial tem sido feita, porque o espaço não tem a dinâmica que disseram que teriam sendo preciso ver que trabalho tem sido feito pelo privado que ficou de explorar e dinamizar o espaço, como ficou estabelecido no contrato-programa, e que a parte que deveria trazer mais vida ao mercado não funciona como polo de atratividade como se quis que funcionasse. Como **quarta questão**, referiu que em política, quando se aponta o dedo, não se ataca uma pessoa em concreto, mas sim os erros e os “inconsequimentos”, referindo que o Sr. Presidente está no final do eu mandato e que não lhe fica bem proferir palavras como “os vereadores do PS estão alucinados” ou “não estão a ver bem as coisas”, porque isto transporta da discussão política para outra coisa. Continuou afirmando que o PS faz o que lhe cumpre, podendo justificar o seu trabalho preventivo, porque os grandes desastres da história tiveram por detrás pessoas que começaram por desvalorizar os problemas e pessoas que tentaram apontar e foram entendidos como bobos. Terminou



dizendo que o PS tem consciência do que lá foi fazer e houve cuidado e mediu-se o que foram lá dizer, de modo preventivo, sério e a pensar nos bracarenses, não lhe parecendo correto a forma como o Sr. Presidente falou sobre algo sério. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que, sobre a **primeira questão**, referiu que seria disponibilizada toda a informação, que por força das dúvidas suscitadas levou a que os serviços da Câmara Municipal revisitassem o processo, informando que independentemente do que há para trás, as condições de licenciamento existiam, e que portanto todas as regras urbanísticas foram cumpridas, e que de facto é estranho que os próprios moradores não tenham noção que perderam uma ação com o construtor em que contestavam essa mesma capacidade construtiva, sendo que o tribunal disse, há uma década, que essa existia. Em resposta à **segunda questão**, referiu que as obras de conservação são realizadas de acordo com o plano inicial da obra, sendo que o a madeira vai ser tratada agora porque se cumpriram os dois anos de funcionamento, e que o equipamento funciona com normalidade e que existe um contacto regular com todos os operadores, não tendo sido levantadas questões sobre o funcionamento do equipamento. De seguida, referiu que nunca se quis transformar o mercado municipal num imóvel do tipo centro comercial, ou fechado, tipo supermercado, e que também por isso se conjugou uma dimensão arquitetónica diferente com aquilo que era a manutenção da identidade do próprio mercado e sempre existiu a questão do calor que foi invocada como uma grande patologia do funcionamento. Prosseguiu, sobre a questão da restauração, aludindo que a concessão está em vigor e que acompanha com alguma preocupação a menor dinâmica que o espaço tem tido do ponto de vista comercial e não tanto do ponto de vista da animação, considerando que nesse aspeto o concessionário tem cumprido com propostas para atrair pessoas para a restauração e operadores para os espaços que se encontram devolutos, e que se irá manter o diálogo com o concessionário e na eventualidade de se verificar que o interesse das partes não estão assegurados, serão avaliados os cenários que poderão dar sequência a essa realidade. Em resposta à **quarta questão**, referiu não ter gostado nada das declarações sobre as questões de segurança, que motivaram as suas palavras, referindo que essas declarações foram absolutamente alarmistas, referindo situações que não correspondem, na sua opinião, à realidade, considerando que tudo o que foi dito foi uma verdadeira alucinação. Prosseguiu dizendo que quando confrontou os serviços de Proteção Civil com algumas coisas que foram ditas, a primeira resposta que ouviu foi que aquilo foi um chorrilho de disparates, porque não há obstáculos nenhuns nas vias de segurança, porque existem hidrantes à porta do mercado, nas duas entradas, cumprindo aquilo que são as normas legais nessa matéria, e porque cabe à Divisão da Proteção Civil, no âmbito da delegação de competências da INPC, elaborar as medidas de proteção de equipamentos desta



natureza, e essas medidas não só existem como são complementadas por um projeto de segurança que foi elaborado e que está ainda em vigor, pelo que o mercado tem todas as medidas de a segurança, não havendo qualquer risco da proteção civil, pelo que as palavras não são ajustadas, nem as pode aceitar considerando a informação que lhe é prestada pelos serviços que tutelam essa matéria. Tomou a palavra o vereador do **PS, Artur Feio**, que solicitou a presença do responsável da Proteção Civil na próxima Reunião de Câmara. De seguida, referiu, como técnico, que o Sr. Presidente não tinha razão no que acabara de dizer, sendo deselegante e deseducado na forma como se dirigiu publicamente, e afirmando que o regulamento diz que a cada saída de emergência, no máximo de 30 metros deve existir um hidrante, o que não acontece. Prosseguiu dizendo que o Sr. Presidente anunciou 5 ou 6 saídas de emergência, e diz lá ter dois hidrantes, um da parte de baixo do edifício, junto à antiga entrada, e outro muito mais longe, junto à RUM. Continuou dizendo que aquele edifício não cumpre objetivamente o que a Lei diz, solicitando novamente a presença da pessoa que diz que é um chorrilho de disparates para confrontar tecnicamente e que lhe seja entregue a vistoria, porque esteve com técnicos no mercado municipal que confirmam o que foi dito. Prosseguiu dizendo que gostaria que lhe esclarecesse também como é que, com uma sinalização, numa folha A4, colada com fita cola num pilar, difícil de ler, provocam o pânico nas pessoas, e que tiveram o cuidado de não alarmar, mas de chamar à atenção para uma situação que poderia e que necessita eventualmente de uma intervenção, porque os problemas estão lá, estão identificados e por isso podem ser solucionados, oferecendo-se para dar as soluções. Prosseguiu dizendo que não pode admitir o que foi dito sobre o “chorrilho de disparates”, porque durante dois mandatos, o Sr. Presidente sempre afirmou que uma oposição dura, séria e firme tornava o governo muito melhor, mas o curioso é que quando o PS traz os problemas para cima da mesa, existe uma tentativa para denegrir, afirmando que tem muitos anos de vistorias e que aquilo que lá está não faz sentido, e das duas uma, ou se altera, ou algo vai correr mal, o que ninguém quer. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que informou que quem iria contraditar seria o responsável máximo da divisão de Proteção Civil, que estará presente na próxima reunião, e que irá garantir todas as condições de segurança, e que espera que o Sr. Vereador, perante os factos, depois se retraia de algumas coisas que disse. Tomou a palavra o vereador do **PS, Artur Feio**, que referiu que espera receber, antes da reunião, o parecer do auto de vistoria daquele edifício por escrito.-

----- De seguida, o vereador do **PS, Ricardo Sousa**, referiu que gostaria de endereçar a questão da segurança na época balnear, uma vez que se verificam condições meteorológicas em maio que mais parecem de verão, e que existe a necessidade de pensar com antecedência a questão dos nadadores salvadores, numa altura em que existem cada vez mais praias fluviais, que devem cumprir

obrigatoriamente a normativa dos nadadores salvadores, referindo que existe ao mesmo tempo as piscinas municipais e das freguesias, que abrem ao mesmo tempo à comunidade, solicitando mais informações sobre o processo. Ato contínuo, referiu saber do problema nacional de escassez de recursos humanos e aludiu que há que pensar com antecedência num “plano B”, solicitando saber se há piscinas que não vão abrir por falta de recursos humanos, e se está pensado um plano de realocação para os bracarenses usufruírem de outras piscinas com esses recursos. De seguida, referiu uma preocupação relacionada com as piscinas municipais na prática livre, que está plasmada nos horários das mesmas, mencionando que temos um Decreto-Lei muito claro no que toca aos nadadores salvadores, que refere a obrigatoriedade de ter sempre um nadador salvador nestas piscinas em permanência e que, pelas suas contas, seriam necessários dois por piscina, questionando se está pensado algum projeto que possa dar resposta ao mesmo tempo a esta questão e às alterações meteorológicas, para que este seja um ano sem tragédias e mortes. Terminou afirmando que está a trazer um problema na tentativa de resolução e o “Plano B” ajudará a que o verão corra da melhor forma, sem que nenhum bracarense fique privado de fazer uso das piscinas. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que informou que não há nenhum equipamento municipal que funcione sem nadadores salvadores e que quando estes não estão presentes o acesso à piscina é vedado, como já aconteceu e poderá acontecer, pois a segurança prevalece sobre a utilização do espaço. De seguida, referiu que não lhe parece muito ágil uma lógica de disponibilidade em função das condições meteorológicas, sendo que a nível nacional o Instituto de Socorros a Náufragos e a APA definem uma época banhar, na qual tem de ser assegurado esse recurso. Continuou dizendo que não se vive num cenário normal a nível nacional, havendo notícias de várias estruturas públicas e até de praias, algumas elas com bandeira azul que não conseguem assegurar esse recurso, havendo uma importação maciça de cidadãos estrangeiros para poder assegurar a utilização dos espaços públicos dessa natureza. Prosseguiu dizendo que a Câmara acompanha essa tendência e que está a trabalhar nesse sentido, estando em vigor um contrato com uma nova empresa de fornecimento de disponibilidade de nadadores salvadores, está-se a promover um curso de nadadores salvadores, referindo que muitos dos candidatos não passaram nos testes. Tomou a palavra a **Vereadora Olga Pereira** que informou que houve a necessidade de rescindir contrato com a empresa que tinha ficado no primeiro lugar do concurso e foi-se buscar a empresa que ficou na segunda posição, que a partir de hoje vai assumir os nadadores salvadores para as piscinas interiores e exteriores na época de verão e praias fluviais. Continuou dizendo que uma solução conjunta com as freguesias para um “Plano B” seria complicada porque no ano passado quase que houve concorrência entre o município e as

freguesias porque as freguesias pagam mais. Tomou a palavra o vereador do **PS, Ricardo Sousa**, que aludiu ser importante que nenhuma criança fique privada de usufruir das piscinas por falta de nadadores salvadores e que se pense numa forma de os levar a equipamentos alternativos que contem com nadadores salvadores. -----

----- De seguida, interveio a vereadora da **CDU, Bárbara Barros**, que, **como primeira questão**, referiu que junto do Braga Parque está a ser feita uma intervenção, tendo a informação que seria um parque de estacionamento, solicitando informações sobre o que ali está a ser feito. De seguida, como **segunda questão**, aludiu que a CDU tinha apresentado uma recomendação na Assembleia Municipal para a liberação de mais horários em algumas piscinas municipais para o horário livre, porque estão todas muito sobrecarregadas e os horários durante a semana para a utilização dos cidadãos está muito reduzido, não sendo compatíveis com períodos fora do horário de trabalho, solicitando saber que esforços estão a ser feitos e que soluções estão a ser pensada para aumentar o uso de pistas para a utilização de todos os utilizadores, independentemente de estarem ou não inscritos na prática de natação. Como **terceira questão**, solicitou saber se existe alguma intervenção prevista para a piscina da rodovia, para resolver o problema da utilização sazonal, desde a instalação de coberturas amovíveis, para que as piscinas possam ser usadas durante o outono e o inverno, e se houve alguma tentativa de questionar valores para uma cobertura. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que, resposta à **primeira questão**, informou que se trata de uma construção para habitação e escritórios. Em resposta à **segunda questão**, referiu que durante esta época desportiva os horários já estão alocados não sendo possível retirar, sendo que para a próxima época desportiva essa questão já se encontra acomodada. Em resposta à **terceira questão**, referiu que está a ser estudada uma solução transitória para as piscinas da rodovia, aludindo também que se está a avaliar a cobertura de outros equipamentos no concelho, mas que do diálogo com muitos presidentes de junta, percebeu que muitos não querem esta solução por não ser possível comportar os custos. -----

#### -----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- Pelo **Presidente da Câmara**, foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- O cidadão **José Machado** referiu, sobre as questões de mobilidade em Palmeira, ser a sexta vez que vai à reunião e que só não o fez de forma consecutiva porque no dia 13 de março, a Dr.<sup>a</sup> Olga Pereira foi ao local com a Dr.<sup>a</sup> Filipa Corais, mas que continua tudo igual. Prosseguiu dizendo que após a reunião no Sá de Miranda, a Câmara Municipal de Braga pôs dois caixotes nas árvores, que causaram alguma confusão nos moradores que não sabiam que se tratavam de simuladores

contadores. De seguida, referiu que há muito que se brinca com os moradores de Palmeira e que nem resposta foi dada depois da sua intervenção no Sá Miranda, solicitando ao Sr. Presidente que veja alternativas como a Rua Belo Horizonte, onde está o Centro Cívico, que tem 13 metros de largura, dois passeios que dá para parque os dois lados, e uma lateral contrária ao campo de jogos, referindo a Rua da Eira. Continuou afirmando que houve uma situação recente em que houve a necessidade de se irem chamar as pessoas ao campo de futebol devido ao mau estacionamento, referindo a falta de polícia, o que leva as pessoas a fazerem o que querem. Terminou dizendo que os moradores foram cercados e que o Sr. Presidente, como chefe de equipa, tem de dar orientações aos seus vereadores que têm os seus pelouros. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que afirmou em várias reuniões que podem ir às reuniões as vezes que entenderem, mas não podem pensar que a ida é uma forma de obrigar a Câmara Municipal a fazer a vontade, porque não é uma matéria de discussão política, mas técnica e que quem avalia são os técnicos da Câmara Municipal que tratam de questões de mobilidade. Se entenderem que a solução em vigor é a melhor, será essa a que vai continuar. De seguida, em resposta ao vereador Artur Feio, referiu que é verdade que quem desencadeou a alteração foi o pedido expresso da Junta de Freguesia, e que essa solicitação despoletou o conhecimento dos serviços sobre uma situação que carecia de intervenção e que não é a junta ou a Assembleia de Freguesia que podem dizer que afinal não há problema. Continuou dizendo que houve disponibilidade da Sr.<sup>a</sup> Vereadora e da Arquiteta Filipa Corais de ir ao local avaliar e estão a ser feitas as contagens e que, em função dos resultados, haverá ou não justificação para alterar a solução. -----

----- Não havendo nada mais a tratar, o **Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

**ENCERRAMENTO:** Às 16h e 15m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Nuno Miguel Diogo Fonseca, Técnico Superior da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----